

O DESAFIO DOS ESTADOS UNIDOS À INFLUÊNCIA RUSSA NA ÁSIA CENTRAL E NO CÁUCASO

Larisa Homarac e Roger E. Kanet

Durante a última década e meia, desde a implosão da antiga União Soviética, os Estados Unidos emergiram como interveniente activo na Ásia Central e no Cáucaso, competindo tanto com a Federação Russa como com a China pela influência em toda a região. A fundamentação lógica, indicada com maior frequência pelas fontes governamentais dos Estados Unidos, para a expansão dos seus interesses e envolvimento naquela área compreende dois elementos centrais mas inter-relacionados. O primeiro é uma série de argumentos que se prendem com a importância de apoiar a estabilidade política em toda a região e fazer todos os possíveis para fortalecer as forças democráticas. Isto fundamenta-se na presunção de que, a longo prazo, um governo democrático contribuirá para a estabilidade, bem como para a melhoria global da qualidade de vida dos povos da região e, em última análise, para um ambiente internacional mais pacífico. Um segundo conjunto de argumentos, mais energicamente apresentados desde os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001, relaciona-se directamente com a «guerra ao terrorismo» proclamada pelo Presidente George W. Bush e com o objectivo de exterminar a influência dos taleban e da Al-Qaida no Afeganistão. Foram, aliás, utilizadas bases aéreas da antiga União Soviética – com o acordo inicial do Governo russo – na ajuda à prossecução do ataque contra as forças terroristas.

No entanto, estes argumentos publicamente apresentados para a construção de novas relações com os países da Ásia Central e do Cáucaso não são os únicos determinantes da actual política dos Estados Unidos. De facto, antes da escolha da actual Administração Bush como vencedora das eleições presidenciais no Outono de 2000 e dos ataques terroristas de 11 de Setembro, a Administração Clinton já tinha estabelecido e alargado relações de segurança com os estados pós-soviéticos no contexto do Programa de Parceria para a Paz da NATO. Em declarações ao Congresso, a 17 de Março de 1999, o então embaixador para os Novos Estados Independentes (NEI), Stephan Sestanovich, resumiu a política da Administração Clinton para a Ásia Central como perseguindo quatro objectivos inter-relacionados: democratização; reforma orientada para o mercado; maior integração com instituições ocidentais políticas e militares; e políticas de segurança

responsáveis de não-proliferação, antiterrorismo e tráfico de droga. Sestanovich salientou que assegurar a soberania, independência e integridade territorial dos estados da Ásia Central era a pedra angular da política dos Estados Unidos¹. Mais especificamente, os Estados Unidos ambicionaram objectivos que podem ser definidos como «simpáticos» e não «necessários». A política dos Estados Unidos na região dava ênfase «à ajuda na desnuclearização do Cazaquistão, assistência militar de baixo escalão, tanto bilateral quanto multilateral, através do Programa de Parceria para a Paz da NATO, e várias formas de democratização e ajuda económica para toda a região»².

A acrescentar ao propósito declarado de facilitar a transição democrática nas relações civis/militares, os objectivos prendiam-se também com o acesso dos Estados Unidos aos vastos recursos energéticos da região e, um factor relacionado, à tentativa de garantir que Moscovo não ficaria em posição de reafirmar o seu controlo sobre a região, como outros analistas já demonstraram³. Estes dois objectivos continuaram a influenciar a política dos Estados Unidos na Administração Bush e, provavelmente, permanecerão factores centrais da política americana no futuro – dependendo da forma que a presente luta pelo poder na região venha a tomar. No entanto, as preocupações com a energia e o papel da Rússia na região não foram as únicas fontes de preocupação na perspectiva dos Estados Unidos. Mesmo antes dos ataques terroristas de Setembro de 2001, outros objectivos mais específicos relacionavam-se com questões como o fracasso do Estado, o conflito armado ou a grande agitação política e económica na região da Ásia Central e do Cáucaso do Sul (ACCS), que pudessem contribuir para a criminalidade e o tráfico de droga, bem como ser potencialmente conducentes a guerras civis sectárias do tipo das surgidas no Afeganistão após a retirada soviética. Se esta parte do mundo viesse a tornar-se um porto seguro para o tráfico de droga e o terrorismo, seria impossível desenvolver a infra-estrutura económica e, conseqüentemente, utilizar os recursos energéticos da região. Uma vez que os ataques terroristas representam um tipo de ameaça diferente daquele que vem de um outro estado – isto é, não colocam em perigo directamente a soberania dos Estados Unidos – podem ainda assim prejudicar grandemente os valores nacionais e o modo de vida americano⁴.

Os ataques terroristas de 11 de Setembro representaram o ponto de viragem no envolvimento dos Estados Unidos na ACCS. Pela primeira vez os Estados Unidos adquiriram bases temporárias na região, em resposta a um ambiente de segurança em alteração, à medida que o Uzbequistão, o Quirguistão e o Tadjiquistão se tornaram estados da linha da frente na operação «Liberdade Estável»⁵. Apesar de outros objectivos, como a democratização e transformação da economia, continuarem a ser importantes, o antiterrorismo tornou-se o ângulo da política americana para a região. Em Dezembro de 2001, em declarações ao recentemente criado Subcomité de Relações Externas do Senado sobre a Ásia Central e o Cáucaso, a secretária de Estado adjunta, Elizabeth Jones, realçou três conjuntos de interesses a longo prazo que os Estados Unidos continuariam a perseguir na região: prevenir o alastramento do terrorismo; ajudar os estados da Ásia Central nas

reformas económicas e políticas e no estabelecimento do primado da lei; e assegurar a segurança e exploração transparente dos recursos energéticos do Cáspio.

Apesar de os Estados Unidos não terem prometido garantias de segurança aos países da região, assinaram acordos com o Uzbequistão, antes da deterioração das relações em 2005, que implicavam que qualquer ameaça ao Uzbequistão despertaria a preocupação americana. Além disso, foi concedida ao Uzbequistão uma significativa ajuda financeira, tendo o país recebido «25 milhões de dólares adicionais em financiamento militar estrangeiro, 18 milhões em não-proliferação, antiterrorismo, desminagem e programas relacionados e 40,5 em fundos de Apoio à Lei da Liberdade»⁶. Apesar de a Rússia ter alargado o seu apoio aos Estados Unidos na sua luta conjunta contra o terrorismo e ter facilitado o primeiro aumento do envolvimento militar americano na Ásia Central, os russos ainda estão muito preocupados com o envolvimento a longo prazo dos Estados Unidos no seu «quintal»⁷.

Para percebermos as atitudes da Rússia e as suas decisões no que concerne à Ásia Central e ao Cáucaso do Sul, é vital que compreendamos a relação da Rússia com os Estados da Comunidade de Estados Independentes (CEI) num contexto histórico. Como Olikier e Szayna referem, o domínio russo sobre a região do Turquistão e da Transcáspia remonta ao século XIX, com a região asiática mais interior inicialmente dividida em esferas de influência pela China e pela Rússia. Em meados do mesmo século, Moscovo reivindicou e depois manteve o controlo, tanto no período czarista como no soviético, e os estados ACCS eram importantes fontes de recursos para os sucessivos impérios. Ao longo dos tempos, para muitos na Rússia, tais possessões imperiais tornaram-se uma componente da autodefinição da Rússia, e prova da sua importância como Estado e como grande potência. Além do mais, muitos russos viveram nestas regiões durante os tempos soviéticos e, apesar da emigração que se seguiu ao colapso da URSS, muitos permanecem, particularmente no Cazaquistão⁸.

Portanto, não admira que mesmo depois de quinze anos de independência da CEI os russos ainda tenham dificuldade em aceitar este facto. A economia da Rússia depende substancialmente da estabilidade económica e política dos estados da CEI e também das suas relações com cada um desses estados. A rede de oleodutos e gasodutos de concepção e construção soviética tem permitido à Rússia criar um monopólio do petróleo e assegurar a dependência da Ásia Central e dos estados do Cáucaso do Sul da Rússia. Por este motivo, a Rússia tem seguido políticas destinadas a enfraquecer os estados ACCS e a mantê-los mais dependentes da Rússia, incluindo a oposição permanente a quaisquer rotas de exportação ou à construção de novos oleodutos que evitem o território russo. A Federação Russa, por esta razão, pretende, por um lado, estabelecer a

O DOMÍNIO RUSSO SOBRE A REGIÃO DO TURQUISTÃO E DA TRANSCÁSPIA REMONTA AO SÉCULO XIX, COM A REGIÃO ASIÁTICA MAIS INTERIOR INICIALMENTE DIVIDIDA EM ESFERAS DE INFLUÊNCIA PELA CHINA E PELA RÚSSIA.

estabilidade e a segurança, mas, por outro, precisa de manter estes estados fracos e dependentes, de forma a poder lucrar economicamente dos recursos naturais da região CASC. Apesar de a Rússia não ser o «império» que foi outrora, a Administração Putin salientou o facto de a Ásia Central e o Cáucaso estarem entre os seus interesses vitais e que tudo fará para maximizar a sua posição geopolítica e reforçar as ligações históricas e culturais na região.

Numa longa entrevista de final de ano publicada na *Nezavisimaia gazeta*, de 26 de Dezembro de 2000, o Presidente Putin afirmou: «as relações com países da CEI – não com a organização CEI, mas com países membros da CEI – têm certamente sido e serão a nossa prioridade Número Um.»⁹ Apesar de os estados da CEI e a Federação Russa terem assinado, nos últimos anos, inúmeros acordos mútuos económicos e de segurança, estes não tiveram um impacto significativo, uma vez que nunca foram verdadeiramente implementados. Muitos estados da CEI continuam a depender fortemente da Rússia em termos de segurança e consideram ser do seu interesse continuar a manter boas relações com Moscovo. Contudo, como notou Ilan Berman, «o ressurgimento de Moscovo no espaço pós-soviético também foi impulsionado pelo reavivar de uma ideia antiga: a Rússia como império»¹⁰. O renascimento da Rússia como império tem sido muito mais factível sob a Administração Putin, que tem enfraquecido significativamente os constrangimentos legislativos e executivos que limitavam o poder presidencial. Como resultado, a política e a tomada de decisões no Kremlin têm vindo a tornar-se gradualmente mais unilaterais e autoritárias, deixando saídas políticas muito limitadas para divergências ou mudanças. Como salientou Richard Staar:

«Decretos-chave para disposições governamentais e purgas institucionais periódicas têm permitido a Putin criar uma vibrante subcultura de antigos agentes do KGB dentro da burocracia do Kremlin. Estes *silovski* ocupam hoje mais de 60% dos cargos de tomada de decisões de topo dentro do Governo russo e constituem um importante bloco de apoio político às políticas presidenciais oficiais. Em conjunto, estas dinâmicas deram a Putin um amplo mandato na demanda das suas aspirações neo-imperialistas.»¹¹

A Administração Putin, apesar da sua brutal e opressiva política militar face à Tchetchénia, não conseguiu suprimir o movimento separatista tchetcheno. De facto, aquele movimento tem contribuído para a expansão dos extremistas islâmicos, não apenas na Rússia mas também na Ásia Central e na província chinesa de Xinjiang. Levando em consideração a numerosa população muçulmana da Rússia no Cáucaso do Norte e o fortalecimento de movimentos políticos radicais islâmicos como o IMU e o Hizb ut-Tahrir, os líderes da Rússia temem o alastramento do radicalismo islâmico por toda a Rússia. Este novo medo do extremismo islâmico na Ásia Central e no Cáucaso foi uma importante força impulsionadora para a nova Doutrina Militar, desenvolvida no início da presidência de Putin e aprovada por decreto presidencial a 21 de Abril de 2000¹². A doutrina

começa com a seguinte avaliação da situação política e militar face à Rússia: a ameaça de uma guerra em larga escala, incluindo a guerra nuclear, diminuiu; os centros de poder regional, o extremismo étnico e regional, e o separatismo fortaleceram-se; as guerras locais e os conflitos armados alastraram; e registou-se uma proliferação de armas nucleares e outras armas de destruição maciça.

Após esta avaliação, as principais ameaças à segurança militar da Rússia foram identificadas como sendo: reivindicações territoriais; recusa de terceiros em reconhecer interesses russos; conflito armado próximo das fronteiras da Comunidade de Estados Independentes (CEI); a expansão de blocos e alianças estrangeiros (NATO); o estacionamento de tropas junto a fronteiras da CEI; e terrorismo internacional.

Desta lista de desafios aos interesses de segurança da Rússia fica claro que o estabelecimento de bases militares permanentes dos Estados Unidos na Ásia Central e a expansão adicional da NATO para o próprio «quintal» da Rússia seriam entendidos por Moscovo como ameaças. A elite política russa deixou claro que, quando a guerra no Afeganistão terminar, espera que as tropas americanas na Ásia Central se retirem. A Rússia tem persistentemente tentado vincular os estados CEI, incluindo os do Cáucaso, às suas próprias preferências políticas e tem tentado resistir ao avanço da influência dos Estados Unidos por toda a região punindo económica e militarmente aqueles estados que escolhem alinhar com os Estados Unidos ou seguir o seu próprio caminho. As relações entre a Rússia e a Geórgia, por exemplo, já se encontravam manchadas nos anos 90, quando a Rússia ajudou os separatistas da Abecásia contra o Governo da Geórgia, durante a guerra de 1992. Além disso, os russos acusaram o Presidente georgiano Shevardnadze de permitir que os rebeldes tchetchenos se escondessem em Pankisi Gorge, território da Geórgia. Quando foi revelada a pretensão da companhia de gás americana AES Corporation de vender gás à Geórgia a um preço mais barato do que a Rússia, esta respondeu cortando novamente os seus fornecimentos de petróleo e gás à Geórgia como aviso de que não aceitava a interferência dos Estados Unidos. A capacidade russa para pressionar a Geórgia durante o regime de atribuição de vistos e os cortes de fornecimento de energia continuou forte, e os analistas russos continuaram a «censurar Tiblíssi por querer ter tudo, isto é, aderir à NATO em 2005 e continuar a usufruir das vantagens da liberdade de movimentos na Rússia e na obtenção de energia deste país»¹³.

O Tajiquistão e a Arménia têm sido os aliados mais próximos da Rússia e acolheram bem as suas tropas. O coronel-general Sherali Khayrulloev, por exemplo, salientou que o Tajiquistão considera a Rússia o seu principal parceiro na cooperação militar:

«As Forças Armadas tajiques estabeleceram-se graças à ajuda russa; a cooperação técnica e militar entre os nossos países está hoje a um nível muito elevado... os padrões soviéticos não são piores... temos uma estrutura de Forças Armadas semelhante, armamento e equipamento militar semelhante. E o mais importante é que o sistema educativo militar russo não é inferior a nenhum outro» (ministro da Defesa tajiique, 2006).

Outras antigas repúblicas da URSS têm sido menos impetuosas do que o Tajiquistão e a Arménia na colaboração com a Rússia. O Quirguistão aceitou ajuda militar e política restrita, enquanto o Cazaquistão minimizou a sua dependência da Rússia mantendo a sua relação política e militar estritamente no âmbito da Organização para a Cooperação de Xangai¹⁴. Pelo contrário, o Turquemenistão manteve-se isolacionista, a Geórgia continua a exigir que as tropas russas abandonem o seu território e o Azerbaijão e o Uzbequistão recusaram aceitar a ajuda militar russa. O Cazaquistão, o Quirguistão, a Geórgia, o Uzbequistão e o Azerbaijão, por sua vez, procuraram apoio político e militar nos Estados Unidos e na Turquia. Certamente, a Rússia não desistirá dos seus interesses na região ACCS; contudo, permanece a questão sobre se a Rússia, enquanto actor relativamente fraco no palco global e país profundamente envolvido numa transição política e económica, será capaz de proporcionar estabilidade e controlo em caso de conflito.

«Para que a Rússia atingisse a estabilidade pós-imperial teria que se tornar primeiro pós-imperial. Um Estado baseado num princípio nacional, como a Grã-Bretanha, a França, a Espanha e a Áustria após a queda dos seus impérios. O problema central da Rússia, e que representa uma constante ameaça à soberania de numerosos vizinhos, é a sua incapacidade ou falta de vontade para moldar uma nação distinta e delimitar claramente o seu alcance territorial. Para se tornar um Estado-Nação, a sua elite governativa teria que se despojar de quaisquer pretensões de pan-eslavismo, euroasianismo ou outras ambições messiânicas, de expansão estatal ou de “grande potência” entendidas como “interesses nacionais”. Apenas uma reorientação drástica como esta proporcionaria a Moscovo a oportunidade de construir uma base de confiança e cooperação com países como a Ucrânia e a Geórgia ou a Polónia e a Roménia» (Think Tank, 2006).

Os Estados Unidos e a Rússia partilham o interesse no combate ao terrorismo global, e existe potencial para uma parceria em termos de recursos energéticos. O antigo primeiro-ministro russo Evgenii Primakov, por exemplo, acusou os Estados Unidos de ignorarem os interesses russos e tratarem a Rússia apenas como outra nação «pós-industrial» ao «desviarem toda a sua atenção para a China»¹⁵. As relações Estados Unidos – Rússia determinarão o desenvolvimento político na Ásia Central e no Cáucaso. A primeira preocupação será se os Estados Unidos e a Rússia decidem cooperar ou competir nesta área. Há actualmente indícios de que os dois países, após um período de maior inclinação para a cooperação, estão a assumir uma atitude de maior confronto¹⁶. Robert Legvold, um eterno observador da política russa, adianta três formas de pensar acerca do envolvimento dos Estados Unidos na Ásia Central:

«A primeira daria continuidade a práticas antigas, tratando estes estados como fragmentados e, ainda que não dispensáveis, de uma ordem de prioridade baixa... Os Estados Unidos não têm uma razão consistente para se envolverem profundamente na região.

A segunda perspectiva vê a Eurásia como a chave para a paz e a estabilidade internacionais, e a Ásia Central como perigosa para o rumo dos acontecimentos na Eurásia. A terceira perspectiva também vê o espaço pós-soviético como crucial para a estabilidade da ordem internacional e a Ásia Central como a chave para o que acontece no espaço pós-soviético... Contudo, a segunda perspectiva parte de uma preocupação pelo controlo sobre este espaço, e a terceira preocupa-se mais acerca da perda de controlo dentro deste espaço.»¹⁷

Pouco importa a perspectiva que consideramos mais adequada estrategicamente para desenvolver uma política sólida para a Ásia Central. Um facto permanece essencial: os interesses russos não podem ser ignorados. Se os Estados Unidos conseguirem os seus objectivos na ACCS – seja assumindo um papel mais amplo do que actualmente e encorajando um nível mais elevado de independência dos estados da ACCS face à Rússia, ou simplesmente limitando o seu envolvimento à manutenção de algumas bases na região, não fazendo mais do que estão a fazer actualmente – dependerá fortemente das relações Estados Unidos – Rússia. O destino da Ásia Central e do Cáucaso depende directamente do incremento da cooperação entre os Estados Unidos e a Rússia, orientando assim o seu envolvimento para a reconstrução da região CASC, onde instituições mais estáveis e democráticas podem fazer prosperar e beneficiar ambos. Se a rivalidade se tornar o foco dominante no processo de tomada de decisão, a Ásia Central será um pesado fardo nas relações.

A Rússia e os Estados Unidos não são os únicos actores-chave na região da ACCS: a China e o Irão têm vindo a assumir um papel cada vez mais importante. Os actores principais têm duas opiniões estratégicas. Primeiro, como «acordo regional» poderiam «procurar induzir um padrão de autolimitação no processo que tenta unir todos em torno da noção de que os seus interesses mútuos devem preceder os interesses individuais das principais potências¹⁸. Outra opção seria a focalização nas fontes de instabilidade na própria região e no desenvolvimento de um «plano de estabilidade» que se assemelhasse ao pacto de estabilidade nos Balcãs. Outros analistas, como James Goldgeier, argumentam que, apesar de haver actualmente uma cooperação significativa entre a Rússia e os Estados Unidos no que concerne à guerra contra o terrorismo, continuarão a existir rivalidades profundas, a não ser que, e até que, a Rússia esteja verdadeiramente integrada na Europa. «Uma verdadeira parceria entre os dois países só poderá tornar-se uma possibilidade sustentável se a Rússia permanecer no caminho da democracia e integrar a Europa de uma forma mais completa.»¹⁹

Muitos vêem a próxima cimeira do G-8, em São Petersburgo [Julho de 2006], como um teste à forma como a Rússia se integrou totalmente na economia de mercado do tipo europeu. «Esta cimeira é um enorme teste para a Rússia», disse o ministro britânico Douglas Alexander. A posição do Reino Unido faz eco do ponto de vista do comissário europeu da Energia, Andris Piebalgs, de que a segurança energética da UE só pode resultar da «europeização da Rússia em termos políticos e económicos»²⁰. Certamente que

interesses mútuos, como a luta contra o terrorismo e as políticas internacionais de energia e estabilização na ACCS, são pedras fundamentais sobre as quais uma parceria entre os Estados Unidos e a Rússia pode ser construída. Contudo, desta vez cabe a Washington e não a Moscovo passar da retórica à acção e determinar até onde pretende que este empreendimento conjunto vá.

NACIONALISMO E UNILATERALISMO NA POLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS

Antes de continuarmos a nossa avaliação da política dos Estados Unidos para a Ásia Central e o Cáucaso, e das possibilidades de cooperação entre a Rússia e os Estados Unidos na região, é importante situar essa política no contexto global mais alargado da política externa e de segurança americana. Como salientaram muitos autores, a orientação da política dos Estados Unidos tornou-se cada vez mais assertiva, unilateral e nacionalista desde o fim da Guerra Fria²¹. Mesmo durante a Administração Clinton, que regularmente realçava a importância das instituições internacionais e das relações cooperantes com os aliados, os Estados Unidos tenderam a perseguir uma aproximação basicamente unilateralista às políticas de segurança e externa. De facto, a retórica multilateral da Administração tendia a esconder a realidade crescente de pontos de vista nacionalistas e unilateralistas, entre parcelas substanciais da elite política, incluindo os membros do Congresso e do Senado especialmente eleitos.

Com George W. Bush, todas as pretensões de um compromisso para usar a lei e as instituições internacionais como componente central da política externa americana foram abandonadas. Apesar da adulação periódica a diplomatas e do recurso a outros instrumentos não-coercivos na procura da segurança, particularmente desde a invasão do Iraque, o ponto central da conduta dos Estados Unidos tem sido o uso de instrumentos militares e as preocupações geopolíticas. Os interesses americanos, tal como define Washington, têm prioridade sobre quaisquer outras matérias que possam influenciar a política dos Estados Unidos. Os debates associados aos acontecimentos que conduziram à invasão do Iraque, em 2003, são bastante esclarecedores da abordagem unilateralista à política externa.

Ao olharmos mais especificamente a política americana para a Federação Russa, dentro da orientação geral que expusemos, notamos que, independentemente dos floreios retóricos acerca dos interesses comuns, uma importante componente da política americana desde o colapso da URSS tem sido a contenção da influência russa e a concomitante expansão da sua presença nas zonas periféricas da antiga União Soviética. Durante os anos 90, por exemplo, Washington criticou periodicamente Moscovo pelas suas tentativas – muitas vezes óbvias – de restabelecer o controlo sobre porções do que era na altura geralmente designado por «estrangeiro próximo»²². Apesar de o maior ímpeto das iniciativas russas naquela altura, e consequentemente das críticas dos Estados Unidos, direccionar-se de uma forma geral para os países CEI da Europa, também se ouviam vozes de preocupação sobre os esforços russos para reintegrar a Ásia Central num sis-

tema político baseado em Moscovo. No final dos anos 90, a política externa russa, com o ministro dos Negócios Estrangeiros, mais tarde primeiro-ministro, Evgenyi Primakov, estava explicitamente orientada para implantar um sistema que, parcialmente, contrariasse o que Moscovo via como tentativas americanas para isolar e impedir a ressurgência da Rússia como principal potência regional e mesmo mundial²³.

Apesar de as relações Estados Unidos – Rússia terem atingido o seu ponto mais baixo pós-1991, durante a Administração Bush I, com ambos os países a expulsarem diplomatas, o 11 de Setembro resultou numa dramática mudança de política, primeiro em Moscovo e depois em Washington. O Presidente Putin optou por apoiar Washington na «guerra ao terrorismo», e inclusivamente facilitar o acesso dos Estados Unidos a bases militares na Ásia Central, como parte de uma abordagem de «junta-te a eles» para apoiar as iniciativas políticas americanas. Embora a Rússia, nos finais dos anos 90, tivesse tentado lidar com o domínio global dos Estados Unidos procurando uma aproximação euroasiática através de alianças com estados semelhantes e não pelo domínio, Putin obviamente decidiu que, pelo menos naquela altura, apoiar os Estados Unidos traria maiores benefícios a Moscovo. O resultado foi uma substancial melhoria do tom das relações entre os Estados Unidos e a Rússia. Contudo, isto não significou que os Estados Unidos abandonassem os seus objectivos nas relações com outros países da CEI, em particular na Ásia Central. Por exemplo, Washington continuou a pressionar no sentido de encontrar opções para a rede de oleodutos e gasodutos que iriam ladear a Rússia e, portanto, reduzir o seu potencial para adquirir maior influência sobre os exportadores da Ásia Central ou sobre os compradores ocidentais de energia²⁴.

APESAR DE AS RELAÇÕES ESTADOS UNIDOS-RÚSSIA TEREM ATINGIDO O SEU PONTO MAIS BAIXO PÓS-1991 DURANTE A ADMINISTRAÇÃO BUSH I, O 11 DE SETEMBRO RESULTOU NUMA DRAMÁTICA MUDANÇA DE POLÍTICA, PRIMEIRO EM MOSCOVO E DEPOIS EM WASHINGTON.

A POLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS NA ÁSIA CENTRAL

De facto, esta é uma área em que a política de interesses dos Estados Unidos e da Rússia se sobrepõe significativamente na Ásia Central – nomeadamente no que diz respeito a garantir que a região não contribui para o terrorismo global. Para a Rússia, a única e mais importante fonte de preocupações com a segurança relaciona-se com a Tchetchénia e o estímulo que os esforços russos compulsivos para restaurar o controlo central deram à emergência do fundamentalismo islâmico na Rússia. Os ataques em Moscovo, mas principalmente o crescente desafio ao controlo russo do Cáucaso, indicam a relevância desta preocupação. Intimamente ligado a esta questão, está o medo de Moscovo da expansão da influência política do Islão pelos estados predominantemente muçulmanos na Ásia Central. Esta preocupação tem sido a peça central da política russa para estes estados e ditou o apoio militar e de segurança aos regimes no poder. Como já salientámos, a preocupação russa é semelhante aos medos americanos de que uma Ásia

Central instável pode proporcionar à Al-Qaida, e a outras organizações terroristas, o tipo de ambiente que o Afeganistão já proporcionou. Mas, como mostraram outros, mesmo no plano geral do combate ao terrorismo, as percepções e objectivos da Rússia e dos Estados Unidos diferem consideravelmente. O Presidente Putin tentou obter apoio para uma política para a Tchetchénia e outros locais muito mais repressiva do que Washington e o Ocidente de uma forma geral estavam dispostos a aceitar²⁵.

É aqui que os objectivos russos parecem entrar directamente em conflito pelo menos com dois dos objectivos declarados pelos Estados Unidos. O primeiro, que se tornou um dos principais marcos retóricos da política externa de George W. Bush, relaciona-se com o compromisso de apoiar o estabelecimento de sistemas políticos democráticos – mesmo que isso envolva uma mudança de regime. Até ao final da Guerra Fria, este objectivo da política dos Estados Unidos foi moderado pelas realidades da influência global dos americanos. Contudo, como outros demonstraram, um importante elemento da política dos Estados Unidos ao longo de grande parte da sua história baseou-se na perspectiva da superioridade do seu sistema político e na convicção de que a expansão da governação democrática contribuiria para a paz e a segurança globais e para os interesses dos Estados Unidos em geral²⁶. Ao longo da segunda metade do século XX, os Estados Unidos não se encontravam em posição de impulsionar veementemente estes objectivos, em grande parte devido à concorrência com a URSS pela segurança global. Contudo, com o colapso da União Soviética, com a crescente capacidade militar dos Estados Unidos e com o ataque terrorista de 11 de Setembro, as limitações externas – e internas – às iniciativas políticas dos Estados Unidos dissolveram-se. No Afeganistão, e novamente no Iraque, os Estados Unidos demonstraram a sua capacidade e vontade para usar o seu imenso poderio militar para substituir regimes que considerem hostis aos seus interesses – embora não tenham encontrado forma de estabelecer e consolidar o tipo de regime que preferem e a sua acção possa vir a revelar-se contraproducente na luta global contra grupos terroristas.

A questão central aqui é que os objectivos da política americana apelam ao estabelecimento de certo tipo de regimes políticos, mesmo na Rússia e noutras partes da antiga União

Soviética²⁷. Para Washington, os regimes democráticos empenhados em economias de mercado livre, como definido pelos americanos, são essenciais para os interesses de segurança a longo prazo dos Estados Unidos e do mundo. Se isto implicar uma mudança de regime, os Estados Unidos – pelo menos uma parte substancial da sua

PARA WASHINGTON, OS REGIMES DEMOCRÁTICOS EMPENHADOS EM ECONOMIAS DE MERCADO LIVRE, COMO DEFINIDO PELOS AMERICANOS, SÃO ESSENCIAIS PARA OS INTERESSES DE SEGURANÇA A LONGO PRAZO DOS ESTADOS UNIDOS E DO MUNDO.

actual elite política – estão dispostos a perseguir esse objectivo. Como veremos a seguir, é precisamente nesta questão que os Estados Unidos entraram em conflito com pelo menos um dos seus parceiros nominais na Ásia Central na luta contra o terrorismo.

A segunda área em que os interesses da Rússia e dos Estados Unidos estão destinados a entrar em conflito – na Ásia Central e noutros locais – diz respeito ao esforço dos Estados Unidos para manterem a sua posição de domínio global e regional em relação à Federação Russa. Este objectivo é regular e veementemente negado em Washington, apesar de ter sido amplamente criticado em Moscovo desde o colapso da antiga URSS. Provas deste aspecto da política dos Estados Unidos são evidentes nos diversos esforços feitos desde meados da década de 90 para fortalecer a capacidade dos estados-membros da CEI para resistirem ao domínio russo e, especialmente no caso dos estados da Ásia Central baseados no Cáspio, para reduzir a capacidade da Rússia de exercer influência sobre o rápido aumento da produção de petróleo e gás na região, instalando gasodutos e oleodutos que passam ao lado do território russo²⁸.

Antes do 11 de Setembro, os interesses de segurança dos Estados Unidos e o envolvimento na Ásia Central eram bastante limitados, apesar de o exército americano estar já a ponderar o seu possível papel na região²⁹. Imediatamente após o colapso da União Soviética, a principal preocupação dos Estados Unidos foi eliminar os restos de armamento nuclear abandonados no Cazaquistão. Além disso, através do Programa de Parceria para a Paz da NATO, os Estados Unidos iniciaram esforços para integrar os novos países da região em organizações políticas e de segurança ocidentais³⁰. Quase imediatamente, contudo, à medida que o potencial da região para a produção de gás natural e petróleo se tornou evidente, as companhias ocidentais, incluindo as sedeadas nos Estados Unidos, e o Governo americano, começaram a exhibir um crescente interesse pela região³¹.

Como já observámos, no Verão de 2001, pouco antes dos ataques terroristas em Nova York e Washington, as relações dos Estados Unidos com a Rússia deterioraram-se significativamente – a ponto de as duas partes expulsarem diplomatas e se envolverem em recriminações mútuas. Uma das acusações do lado russo relacionava-se explicitamente com o notório esforço dos Estados Unidos para conterem a influência russa nos países membros da CEI e para ampliar o seu envolvimento por toda a região. De facto, no final dos anos 90, os Estados Unidos já se tinham comprometido com o envolvimento militar na Ásia Central com a «Estratégia da Estrada da Seda» que proporcionava ajuda na segurança com o objectivo declarado de promover a estabilidade regional e o apoio à democratização³².

Para além de apoiarem o desenvolvimento da democratização e das economias de mercado livre, os Estados Unidos procuraram activamente políticas que enfraquecessem a influência russa na Ásia Central tentando fortalecer a soberania e independência dos estados CEI. Elizabeth Sherwood-Randall, a vice-secretária adjunta americana da Defesa para a Rússia, Ucrânia e Eurásia (1994-1996), afirmou que uma política coerente dos Estados Unidos para o Cáucaso começou a emergir em 1994, mais cedo do que se tinha conjecturado. A principal preocupação do Pentágono era o papel das Forças Armadas da região, incluindo os esforços da Rússia para subverter os novos estados e intervir militarmente nos seus territórios³³. Em resposta, os Estados Unidos fortaleceram os seus laços bilaterais com a Turquia e reforçaram o desenvolvimento de políticas independen-

tes de segurança nos novos estados da Ásia Central e do Cáucaso. A Rússia, assim como as elites políticas da Ásia Central, estavam bem cientes dos interesses geopolíticos que também apoiavam esta política. A Ásia Central e o Cáucaso tornaram-se hoje numa importante área de tensão directa entre os Estados Unidos e a Rússia, não apenas devido a questões económicas e políticas, mas porque a área compreende fracturas étnicas, separatismo e radicalismo islâmico que são cruciais para a estabilidade futura, não apenas dos estados da CEI mas também para a segurança futura dos aliados europeus dos Estados Unidos.

Como afirmou o então secretário-geral da NATO, Javier Solana, «a Europa não pode ser completamente segura se o Cáucaso ficar de fora da zona de segurança europeia»³⁴. Reafirmou esta posição mais tarde, como alto-representante da União Europeia para a Política Externa e de Segurança Comum, durante um encontro de ministros dos Negócios Estrangeiros dos três países do Cáucaso, realizado nos Estados Unidos³⁵. O Uzbequistão tem sido uma preocupação especial para a comunidade internacional desde que o governo de Islam Karimov encenou uma acção de repressão sobre manifestantes na cidade oriental de Andijon, a 13 de Maio de 2005. Muitos analistas vêem a tensão no Uzbequistão como uma fonte de maior instabilidade no resto da região. Yury Federov, antigo assessor do Presidente Putin, afirma:

«Os desenvolvimentos internos no Uzbequistão são realmente inoportunos; o regime vigente mantém-se no poder pela repressão, e muitas pessoas no Uzbequistão acreditam que a repressão, no final, não pode impedir o actual regime do desmoronamento, o que pode, por sua vez, levar à desestabilização geral da situação no país e na região vizinha [...], na eventualidade de qualquer problema, o densamente povoado Vale Fergana, que atravessa o Uzbequistão, o Quirguistão e o Tadjiquistão, poderá ser o “epicentro” da instabilidade.»³⁶

Se o conflito regional alastrasse, a forma como a Rússia lidaria com o problema seria de extrema importância, já que ela ainda tem uma significativa influência militar e económica, bem como ideológica e cultural, na região. Também é importante salientar que a imprensa e a televisão russas têm um enorme impacto na interpretação local dos acontecimentos na Ásia Central. Vários analistas defendem que a influência ocidental está em declínio e que a da Rússia sobre o seu antigo satélite, o Uzbequistão, está a aumentar³⁷. Assim, Washington e os estados da UE deveriam utilizar fóruns, como a cimeira do G-8 em São Petersburgo, para tentarem persuadir Moscovo a pressionar os uzebeques para a moderação.

A cimeira do G-8 em São Petersburgo, marcada para o mês de Julho, parece ser essencial em termos da política russa face à Ásia Central e ao Cáucaso, bem como à forma como as relações Estados Unidos – Rússia se desenvolverão à luz da crítica, cada vez mais severa, do comportamento autoritário do Kremlin na Rússia e para com os estados CEI³⁸. Os governos ocidentais denunciaram firmemente o Presidente Putin por usar

a superior posição política e económica da Rússia para apoiar regimes pró-russos e antidemocráticos na Ásia Central e no Cáucaso.

AS INCOMPATIBILIDADES DA POLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS NA ÁSIA CENTRAL

Como observámos no início deste artigo, a política dos Estados Unidos na Ásia Central implica uma série de objectivos – desde apoiar a luta contra o terrorismo e encorajar a emergência de regimes democráticos na região, até conter, e mesmo limitar, a influência russa e garantir o acesso dos Estados Unidos e do Ocidente aos recursos energéticos da zona. Como se tornou cada vez mais evidente, estes objectivos são, em muitos aspectos, incompatíveis. Em primeiro lugar, a vasta ajuda militar e de cooperação político-militar dos Estados Unidos com países como o Uzbequistão e o Tajiquistão, em troca do acesso americano a bases militares usadas para apoiar a guerra no Afeganistão, não contribuiu para a democratização de regimes inerentemente autoritários. De facto, as pressões dos Estados Unidos sobre estes regimes para que abrissem os seus processos políticos, e as críticas às respostas locais a protestos políticos pró-democracia, mancharam seriamente as relações entre os dois lados. Na perspectiva das elites políticas locais dominantes, a ameaça à estabilidade – definida nos termos da manutenção de um *status quo* – não pode ser tratada como Washington supõe. Mais importante ainda, a forma como Washington entende o processo de democratização pode desestabilizar ainda mais a região e inflamar conflitos por toda a zona. Stephen Blank argumentou que «a tentativa dos Estados Unidos para induzir a democratização por cima – através de clientes de confiança – e por fora, pelo seu próprio empenho, pode ser em si mesma um factor gerador de tensões étnicas e de polarização económica que alimentem esse conflito»³⁹.

Recentemente, o Presidente Bush denominou o Presidente Lukashenko da Bielorrússia de «último ditador da Europa». A verdade é que o processo de democratização também tem sido muito lento na Ásia Central e no Cáucaso. De facto, os estados da ACCS deslizaram da democracia para regimes bastante semi-autoritários⁴⁰. O Presidente do Cazaquistão, Nursultan Nazarbayev, que mandou os seus críticos para a prisão ou para o exílio, é presidente desde 1989. «Ganhou» recentemente a reeleição para outro mandato de sete anos. O ditador do Turquemenistão, Saparmurat Niyazov, gosta de ser tratado por «Turkmenbashi» ou líder de todos os *turkmen*. Chegou ao poder em 1985, e o seu parlamento nomeou-o Presidente vitalício em 1999. No Azerbaijão, a eleição presidencial de 2003 mais pareceu uma sucessão dinástica quando ao falecido Heydar Aliyev sucedeu o seu filho Ilham⁴¹.

Robert Legvold salienta:

«Os Estados Unidos, em vez de tratarem a construção democrática como um processo abstracto e mecânico, e a reforma económica como uma lista de verificação de etapas universalmente prescritas, deviam focar-se mais na forma como os governos da Ásia Central

podem calibrar as políticas económicas avançando com o processo político, de forma a preservar a paz. Isto não é de forma nenhuma um convite para olhar para o outro lado quando os governos abusam dos Direitos Humanos... ou quando corrompem modelos democráticos para os seus próprios fins.»⁴²

Os tumultos de Maio de 2005 e a queda do governo no Uzbequistão levantaram mais claramente a questão da compatibilidade do apoio dos Estados Unidos aos regimes autoritários, supostamente em nome da guerra global ao terrorismo, e o compromisso retórico destes últimos em apoiarem os direitos humanos e a democratização. Por outro lado, alertou as mentes das chefias autoritárias na Ásia Central para a questão dos custos potenciais de uma relação a longo prazo com os Estados Unidos⁴³. A ajuda económica e militar que os Estados Unidos têm prestado não é suficiente, na perspectiva das actuais chefias autoritárias, para fundamentar o que é visto como conselhos e interferências não desejadas dos Estados Unidos em assuntos internos⁴⁴.

Todo este conjunto de questões alimenta directamente outro aspecto da política dos Estados Unidos – o esforço para conter o ressurgimento da influência russa na região e para evitar que a Rússia beneficie significativamente, quer política quer economicamente, dos vastos recursos energéticos da região. Como Douglas Blum observou há quase uma década:

«É difícil escapar à conclusão de que a política americana para o Cáspio resulta da ilusão de um “momento unipolar” que apenas Washington pode orquestrar para manter indefinidamente um alinhamento conveniente de forças internacionais. A implicação é que é possível moldar relações na região do Cáspio de forma a constringer a tomada de decisão da Rússia com relativamente pouca resistência russa.»⁴⁵

Desde que o Presidente Putin possibilitou o acesso formal dos Estados Unidos a bases da Ásia Central após o 11 de Setembro, os russos tornaram bem claro que vêem a presença dos Estados Unidos como temporária e directamente vinculada à guerra no Afeganistão contra os taleban e a Al-Qaida. Esta afirmação tem sido repetida vezes sem conta por funcionários públicos russos de alta patente e foi consolidada pela posição colectiva assumida pela Organização para a Cooperação de Xangai, na sua sessão de 5 de Julho de 2005, que apela aos governos anfitriões que estabeleçam as condições para a retirada das tropas americanas⁴⁶. Na perspectiva de Moscovo, os desenvolvimentos na CEI no passado recente têm sido bastante desconcertantes. A Geórgia, sob o Presidente Mikhail Saakashvili, deslocou a orientação da sua política para o Ocidente e, com o apoio público do Presidente Bush, reclamou de Moscovo a retirada do resto das suas tropas do território da Geórgia⁴⁷. O Governo ucraniano actual, que apenas chegou ao poder depois de as manifestações maciças contra eleições fraudulentas terem resultado em novas eleições, agiu ainda mais energicamente do que a Geórgia para fortalecer os seus laços com

o Ocidente – apesar de os seus problemas políticos internos terem enfraquecido a sua capacidade para agir eficazmente. Nestes dois casos o resultado foi uma diminuição do papel e influência da Rússia no antigo espaço soviético. Moscovo não está prestes a aceitar uma situação semelhante na Ásia Central.

O que observamos agora na Ásia Central é uma coincidência dos interesses de vários dos estados locais, juntamente com a Rússia e a China, todos preocupados, não necessariamente pelas mesmas razões, com as implicações a longo prazo da presença continuada dos Estados Unidos. A insegurança das elites políticas locais acerca da estabilidade e da sua própria permanência no cargo proporciona a Moscovo – e a Pequim, outro importante membro da Organização para a Cooperação de Xangai, que partilha das preocupações da Rússia acerca da presença dos Estados Unidos – a oportunidade para fortalecer os seus laços com os países da região. Para Pequim, o gás e o petróleo da Ásia Central representam uma solução parcial, pelo menos, para a sua necessidade de energia para alimentar o seu crescimento económico a longo prazo⁴⁸.

É difícil imaginar que os Estados Unidos acabarão por ter êxito na obtenção das políticas que iniciaram na Ásia Central. Além disso, existe o perigo de a política dos Estados Unidos para a Ásia Central vir a revelar-se contraproducente: «para defender a paz contra o terrorismo, os Estados Unidos acabaram por cooperar com os mesmos tiranos responsáveis pela repressão que amplia o apoio a movimentos caseiros, antigoverno e transnacionais»⁴⁹. A concentração dos Estados Unidos no combate ao terrorismo, sem prestar atenção a muitas outras potenciais fontes de instabilidade na região (tais como conflitos ligados aos recursos hídricos, disputas de fronteiras, questões de refugiados, tráfico de droga e abusos de Direitos Humanos), pode produzir efeitos negativos, colocando as tropas americanas em perigo e minando a credibilidade dos Estados Unidos. É essencial que os Estados Unidos admitam a falta de cooperação entre os diferentes estados CEI e reconheçam os problemas potenciais e fricções entre estados vizinhos, que podem transvazar e criar inquietação em toda a região. Legvold atribui esta desconfiança entre estados à longa repressão soviética e ao isolamento político da região da ACCS como parte da política russa no «estrangeiro próximo»:

«Os restos da União Soviética mantêm o espaço pós-soviético unido, como um matagal de roseiras bravas aprisionando pequenos animais, utilizando processos que deixam os estados mais fracos desconfiados dos seus vizinhos, particularmente da Rússia, e os russos cansados dos seus vizinhos e pouco generosos em relação e eles.»⁵⁰

À medida que os estados da Ásia Central recolhem os cacos das ruínas da antiga União Soviética e tentam modernizar os seus sistemas económico e político, estão a ser estabelecidas novas ordens, novos interesses e novos padrões políticos. Apesar de os estados da CEI serem soberanos, ainda são estados frágeis. Após a desintegração da antiga URSS a maioria deles perdeu a sua rede de segurança social, e as suas economias não só pio-

raram, como também os sistemas de educação e saúde na ACCS estão a níveis abismais. «Para além desta dimensão básica de desarranjo económico, acumularam-se provas do seu custo humano, do tipo que implica risco de instabilidade social e política.»⁵¹

À medida que os jovens estados da Ásia Central tentam definir-se como nações, estão a ser construídos novos laços com os estados da esfera da Eurásia – incluindo a China, claro, mas também a Índia, o Paquistão e o Irão. Considerando o crescente poder da China e as suas necessidades energéticas para alimentar o seu crescimento económico, bem como o cada vez mais importante papel do Irão como actor no Médio Oriente, os interesses dos Estados Unidos na Ásia Central são bastante maiores do que é comumente admitido. Se nos lembrarmos da diversidade étnica da região, fica ainda mais difícil para os Estados Unidos concretizarem a sua agenda para a ACCS focalizando-se numa única questão – isto é, o combate ao terrorismo.

A região é demasiado importante para a Rússia e para a China, e as elites políticas locais estão a tomar cada vez mais consciência de que alguns dos seus interesses fulcrais serão muito melhor servidos restabelecendo uma relação próxima com Moscovo, agora equilibrada por laços económicos cada vez mais fortes com a China. Apesar da sua força global superior no palco mundial, os Estados Unidos simplesmente não têm localmente a capacidade para aplicar o remendo económico, político ou militar necessário para cobrir o lanço de Moscovo e Pequim. Talvez ainda mais importante seja o facto de os interesses de segurança das elites da região não virem provavelmente a beneficiar, no seu ponto de vista, com um estreitamento das relações com Washington. Os líderes locais vêem Moscovo e Pequim como os seus principais parceiros comerciais no futuro e, considerando as políticas que os Estados Unidos têm perseguido até agora (ignorando por exemplo políticas internas repressivas como no Uzbequistão), estão cada vez mais cépticos quanto ao *modus operandi* de Washington na Ásia Central. Até agora o Uzbequistão tem sido o maior beneficiário da ajuda militar e económica e os países vizinhos, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão, temem a emergência do Uzbequistão como o possível *hegemon* na região. «Apesar de os vizinhos do Uzbequistão, com frequência, exagerarem dramaticamente as capacidades do Uzbequistão», observa Marth Brill Olcott, «continua a ser verdade que as sociedades débeis mas militarizadas causam inquestionavelmente má vizinhança e que a instabilidade civil no Uzbequistão pode revelar-se bastante mais perturbadora a longo prazo para o Cazaquistão, o Quirguistão e o Tadjiquistão do que qualquer política deliberada que Tashkent possa perseguir»⁵². Em caso de conflito, o Quirguistão, o Cazaquistão e o Tadjiquistão confiarão mais provavelmente na Rússia como parceiro credível do que nos Estados Unidos e, portanto, continuarão a ser membros activos, por exemplo, de acordos de segurança colectivos que incluem a Rússia. Enquanto a posição estratégica dos Estados Unidos permanecer forte, é difícil prever se o seu papel actual na região se manterá, especialmente quando tomamos em consideração os difíceis desafios que os Estados Unidos continuam a enfrentar no Afeganistão e no Iraque. Directamente relevante para esta questão é a avaliação de Legvold de que

«o fracasso do processo de paz para o Médio Oriente, bem como o crescimento do anti-americanismo nas zonas muçulmanas do mundo como resultado da resposta dos Estados Unidos ao terrorismo, tornam os Estados Unidos mais dependentes das parcerias com a Rússia e outros países nas regiões onde os Estados Unidos têm agora interesses em expansão, como a Ásia Central»⁵³.

A tragédia do 11 de Setembro não trouxe apenas mudanças extraordinárias à política externa americana, mas abriu também oportunidades para construir novos laços e formas de cooperação. É importante que o espaço pós-soviético não fique isolado em resultado da concorrência entre as principais potências. Historicamente, a Ásia Central tem sido a ponte entre a Ásia e a Europa, e é do interesse das principais potências ajudar a reconstruir os ainda frágeis e débeis países da Ásia Central e do Cáucaso de forma a tornarem-se sociedades estáveis e pacíficas. Esta tarefa assustadora apenas poderá ser possível com o fortalecimento dos laços entre os Estados Unidos, a Europa e a Rússia, e não com a continuação dos esforços para manter esferas de influência. **RJ**

JUNHO DE 2006

TRADUÇÃO: JOSÉ CARLOS POMBO

- 1** Citado em TSONGAS, Frank T. – «Central Asia Official Outlines US Policy». In *RFE/RL Newswire*, 14 de Março de 1999. <http://www.rferl.org/>
- 2** OLIKER, Olga, e SZAYNA, Thomas (eds.) – *Faultlines of Conflict in Central Asia and the South Caucasus: Implications for the U.S. Army*. Santa Monica, CA: The Road Corporation, 2003, pp. 220-221.
- 3** Sobre debates de política dos Estados Unidos consultar OLIKER, Olga, e SZAYNA, Thomas (eds.) – *Faultlines of Conflict in Central Asia and the South Caucasus: Implications for the U.S. Army*; WALLANDER, Celeste A. – «U.S. Policy toward Russia and Eurasia in the 1990s», in LOVEMAN, Brian (ed.) – *Strategy for Empire: U.S. Regional Security Policy in the Post-Cold War Era*. Lanham, MD: SR Books, 2005, pp. 155-172; MENON, Rajan – «Greater Central Asia: Russia and the West: challenges and opportunities for cooperation», in MOYL, Alexander J., RUBLE, Blair A., e SHEVTSOVA, Lilia (eds.) – *Russia's Engagement with the West: Transformation and Integration in the Twenty-First Century*. Armonk, NY: M.E. Sharpe, pp. 209-222, 2005.
- 4** OLIKER, Olga, e SZAYNA, Thomas (eds.) – *Faultlines of Conflict in Central Asia and the South Caucasus: Implications for the U.S. Army*, p. 223.
- 5** WISHNICK, Elizabeth – *Growing U.S. Security Interests in Central Asia*. Strategic Studies Institute of the U.S. Army War College. Manuscrito inédito, Outubro de 2002, p. 1. <https://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=110>
- 6** *Ibidem*, p. 7.
- 7** Sobre o apoio inicial da Rússia à presença militar dos Estados Unidos na Ásia Central depois do 11 de Setembro, ver JONSON, Lena – «Understanding Russia's Foreign Policy Change: The cases of Central Asia and Iraq», in HEDENSKOG, Jakob et al. (eds.) – *Russia as a Great Power: Dimensions of Security Under Putin*. Londres e Nova York: Routledge, pp. 182-200, 2005.
- 8** OLIKER, Olga, e SZAYNA, Thomas (eds.) – *Faultlines of Conflict in Central Asia and the South Caucasus: Implications for the U.S. Army*, p. 191.
- 9** Citado em BLANK, Stephen J. – «U.S. military engagement with Transcaucasia and Central Asia». [Manuscrito inédito, Junho de 2000. Disponível on-line no sítio do Strategic Studies Institute of the U.S. Army War College], 2000), p. 289.
- 10** BERMAN, Illan – «The new battleground: Central Asia and the Caucasus». In *The Washington Quarterly*, vol. 28, n.º 1, 2004-2005.
- 11** STAAR, Richard F. – «Decision Making in Russia». In *The Mediterranean Quarterly*, vol. 13, n.º 2, 2002, pp. 9-26.
- 12** RUSSIAN MILITARY DOCTRINE – *The Military Doctrine of the Russian Federation*. Signed by President Vladimir Putin, 21 de Abril de 2000. Disponível na versão inglesa em <http://www.freerepublic.com/forum/a394aa0466bfe.htm>
- 13** BLACK, J. L. – *Vladimir Putin and the New World Order: Looking East, Looking West?* Lanham/MD: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2004, p. 239; ver também, CORSO, Molly – «Georgian-Russian relations continue to deteriorate». In *Power and Interest News Report*, 7 de Dezembro de 2005 (<http://www.pinr.com>).
- 14** OLIKER, Olga, e SZAYNA, Thomas (eds.) – *Faultlines of Conflict in Central Asia and the South Caucasus: Implications for the U.S. Army*.
- 15** PRIMAKOV, Yevgeny – «Russia and the U.S. in need of trust and cooperation», *johnson's russia List*. 30 de Março de 2006. <http://www.cdi.org/russia/johnson/>
- 16** As críticas do vice-presidente Cheney à Rússia nos encontros na Lituânia no início de Maio de 2005 e a subsequente troca de ataques verbais entre a Rússia e os Estados Unidos são prova desta mudança (O'NEILL, John – «Cheney criticizes Russia on Human Rights». In *The New York Times*, 4 de Maio de 2006. Disponível em <http://www.nytimes.com/2006/05/04/world/europe/04cnd-cheney.html?ex=1304395200&en=6f0569a075de8218&ei=5088&partner=rssnyt&emc=rss>)
- 17** LEGVOLD, Robert – «U.S. policy toward Kazakhstan», in LEGVOLD, Robert (ed.) – *Thinking Strategically: The Major Powers, Kazakhstan, and the Central Asian Nexus*. Cambridge, MA: MIT Press, 2003, p.100.
- 18** *Ibidem*, p. 105.
- 19** GOLDGEIER, James M. – «Prospects for U.S.-Russian cooperation», in KUCHINS, Andrew C. (ed.) – *Russia after the Fall*, Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2002, p. 291.
- 20** Citado em RETTMAN, Andrew – «Russia's G8 Summit will Flop, Former Putin Aide Predicts». In *Euobserver*. 31 de Março de 2006. Disponível em <http://euobserver.com/>.
- 21** Ver BACEVICH, Andrew J. – *American Empire: The Realities and Consequences of U.S. Diplomacy*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002; BACEVICH, Andrew J. – *The New American Militarism: How Americans are Seduced by War*. Nova York: Oxford University Press, 2005; JOHNSON, Chalmers – *The Sorrows of Empire: Militarism, Secrecy and the End of the Republic*. Nova York: Metropolitan Books, 2004; KANET, Roger E. – «The Bush Revolution in U.S. security policy», in KANET, Roger E. (ed.) – *The New Security Environment: The Impact on Russia, Central and Eastern Europe*. Aldershot, UK: Ashgate Publishing, pp. 11-29, 2005; e LIEVEN, Anatol – *America Right or Wrong: An Anatomy of American Nationalism*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- 22** KOZHEMIKIN, Alexander V., e KANET, Roger E. – «Russia as a regional peacekeeper», in KANET, Roger E. (ed.) – *Resolving Regional Conflicts*. Champaign, IL: University of Illinois Press, pp. 225-239, 1998; MARIN THORNTON, Gabriela, e KANET, Roger E. – «The Russian Federation and the Commonwealth of Independent States», in KANET, Roger E. (ed.) – *The New Security Environment: The Impact on Russia, Central and Eastern Europe*. Aldershot, UK: Ashgate Publishing, pp. 165-182, 2005.
- 23** KANET, Roger E. – «Zwischen Konsens und Konfrontation: Rußland und die Vereinigten Staaten». In *Osteuropa*, vol. 51, n.º 4-5, 2001, pp. 509-521.
- 24** O primeiro, o oleoduto de Baku-Ceyhan, foi inaugurado em Maio de 2005. Tem início no Azerbaijão e traz petróleo da zona do Cáspio, via Geórgia, até à costa mediterrânica da Turquia. Simultaneamente, contudo, também entrou em funcionamento um gasoduto da Rússia para a Turquia por baixo do mar Negro (SULTANOVA, Aida – «Pipelines to speed flow of Caspian oil to West». In *AP Report, The Miami Herald*, 25 de Maio de 2005, p. 18A; ARVEDLUND, Erin E. – «Pipeline Done, Oil from Azerbaijan begins flowing to Turkey». In *The New York Times*, 26 de Maio de 2005, p. C6; «Oil over troubled Waters» – *The Economist*, 28 de Maio de 2005, p. 54; ZIEGLER, Charles, E. – «Energy in the Caspian Basin and Central Asia», in KANET, Roger E. (ed.) – *The New Security Environment: The Impact on Russia, Central and Eastern Europe*. Aldershot, UK: Ashgate Publishing, pp. 210-218, 2005).
- 25** WEISS, Andrew S. – «Russia: The Accidental Alliance», in BENJAMIN, Daniel (ed.) – *America and the World in the Age of Terror: A New Landscape in International Relations*. Washington: The CSIS Press, 2005, pp. 125-172; Evagelista, 2002.
- 26** Ver BACEVICH, Andrew J. – *The New American Militarism: How Americans are Seduced by War*; GADDIS, John Lewis – *Surprise, Security, and the American Experience*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004; LIEVEN, Anatol – *America Right or Wrong: An Anatomy of American Nationalism*.
- 27** Por exemplo, participando numa conferência de líderes do mar Negro e do Báltico relativa à democracia no início de Maio de 2006, o vice-presidente dos EUA, Dick Cheney, condenou redondamente o Governo russo pelos abusos aos Direitos Humanos e por tentar coagir os seus estados vizinhos. Apelo ao Presidente Putin e aos russos para retomarem uma política empenhada no estabelecimento de uma democracia liberal na Rússia (O'NEILL, John – «Cheney criticizes Russia on Human Rights»).
- 28** Ver EBEL, Robert, e MENON, Rajan (eds.) – *Energy and Conflict in Central Asia and the Caucasus*. Lanham, MD/Nova York: Rowman & Littlefield Publishers, 2000; Ziegler, 2005 ZIEGLER, Charles, E. – «Energy in the Caspian Basin and Central Asia».
- 29** SOKOLSKY, Richard, e CHARLICK-PALEY, Tanya – *NATO and Caspian Security: A Mission Too Far?* Monica, CA: The RAND Corporation, 1999.

- 30 WISHNICK, Elizabeth – *Growing U.S. Security Interests in Central Asia*. Strategic Studies Institute of the U.S. Army War College. Manuscrito inédito, Outubro de 2002. <https://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=110>.
- 31 SKAGAN, Ottar – *Caspian Gas*. Londres: The Royal Institute of International Affairs, 1997; EBEL, Robert, e MENON, Rajan (eds.) – *Energy and Conflict in Central Asia and the Caucasus*.
- 32 WISHNICK, Elizabeth – *Growing U.S. Security Interests in Central Asia*.
- 33 BLANK, Stephen J. – «U.S. military engagement with Transcaucasia and Central Asia».
- 34 Citado em BLANK, Stephen J. – «U.S. military engagement with Transcaucasia and Central Asia», p. 8.
- 35 LOBJAKAS, Ahto – «EU: South Caucasus countries discuss "Frozen Conflicts", Closer Ties». In *Radio Free Europe/Radio Liberty*, 13 de Dezembro de 2005. Disponível em <http://www.rferl.org/featuresarticle/2005/12/f77a9a29-7360-4a75-9e4a-20f14e42badb.html>.
- 36 Citado em RETTMAN, Andrew – «Russia's G8 Summit will flop, former Putin aide predicts». In *Euobserver*. 31 de Março de 2006. Disponível em <http://euobserver.com/>
- 37 *Ibidem*; OLCOTT, Martha Brill – *Central Asia's Second Chance*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2005, pp. 200-205.
- 38 O'NEILL, John – «Cheney criticizes Russia on Human Rights».
- 39 BLANK, Stephen J. – «U.S. military engagement with Transcaucasia and Central Asia», p. 9.
- 40 Marina Ottaway forneceu um estudo perspectivo da ascensão de regimes semi-autoritários, incluindo o caso do Azerbaijão – cf. OTTAWAY, Marina – *Democracy Challenged: The Rise of Semi-Authoritarianism*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2003.
- 41 Para uma excelente avaliação actual dos desenvolvimentos políticos nos países da Ásia Central ver OLCOTT, Martha Brill – *Central Asia's Second Chance*.
- 42 LEGVOLD, Robert – «U.S. Policy Toward Kazakhstan», p. 78.
- 43 AZIZIAN, Rouben – *Central Asia and the United States 2004-2005: Moving beyond Counter-Terrorism?* Honolulu: Asia-Pacific Center for Security Studies. Fevereiro de 2005.
- 44 Para uma avaliação perceptiva do pano de fundo, ver INSTITUTE FOR WAR AND PEACE REPORTING – «Will US Policy Backfire in Central Asia?». In *Reporting Central Asia*, n.º 273, 30 de Março de 2004, 20 pp. [http://www.iwpr.net/indes.pl?archive/rca/rac_100403_273_1_eng.txt].
- 45 BLUM, Douglas – *Sustainable Development and the New Oil Boom: Comparative and Competitive Outcomes in the Caspian Sea Program on New Approaches to Russian Security*, Working Papers Series, n.º 4, Cambridge, MA: Davis Center for Russian Studies, Harvard University, 1997, p. 21.
- 46 Moscovo e Pequim, os membros mais importantes da organização, ficaram cada vez mais preocupados por os Estados Unidos verem a sua presença na Central como o princípio de uma política a longo prazo que tem importantes implicações geopolíticas que vão muito para além da actual guerra ao terrorismo. Ver LEE, Oliver – «Geopolitics in Central Asia today», ZAMAN Online, Istanbul, 7 July. <http://www.zaman.com?bl=20050707&hn=21424>. Acedido em 20 de Julho de 2005; SOCOR, Vladimir – «U.S. military presence at risk in Central Asia». In *Eurasia Daily Monitor*, The Jamestown Foundation, vol. 2, n.º 132, 8 de Julho de 2005. Disponível em <http://www.jamestown.org/edm/>; KIMMAGE, Daniel – «Central Asia: CSO – Shoring up the post-Soviet status quo». In *RFE/RL Central Asia Report*, vol. 5, n.º 26, 14 de Julho de 2005b.
- 47 BUMILLER, Elisabeth – «Bush encourages Georgia with a warning to Russia». In *The New York Times*, 11 de Maio de 2005, p. A3.
- 48 ZIEGLER, Charles, E. – «Energy in the Caspian Basin and Central Asia»; KIMMAGE, Daniel – «Central Asia: Is regional turbulence return of the Great Game?». In *RFE/RL Central Asia Report*, vol. 5, n.º 27, 21 de Julho de 2005a.
- 49 WISHNICK, Elizabeth – *Growing U.S. Security Interests in Central Asia*. Strategic Studies Institute of the U.S. Army War College. Manuscrito inédito, Outubro de 2002. <https://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=110>
- 50 LEGVOLD, Robert – «U.S. policy toward Kazakhstan», p. 4.
- 51 *Ibidem*, p. 10; OLCOTT, Martha Brill – *Central Asia's Second Chance*, pp. 83-123.
- 52 OLCOTT, Martha Brill – «State building and security threats in Central Asia», p. 231.
- 53 LEGVOLD, Robert – «U.S. policy toward Kazakhstan», p. 201.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARVEDLUND, Erin E. – «Pipeline Done, oil from Azerbaijan begins flowing to Turkey». In *The New York Times*, 26 de Maio de 2005, p. C6.
- AZIZIAN, Rouben – *Central Asia and the United States 2004-2005: Moving beyond Counter-Terrorism?* Honolulu: Asia-Pacific Center for Security Studies. Fevereiro de 2005.
- BACEVICH, Andrew J. – *American Empire: The Realities and Consequences of U.S. Diplomacy*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002.
- BACEVICH, Andrew J. – *The New American Militarism: How Americans are Seduced by War*. Nova York: Oxford University Press, 2005.
- BERMAN, Illan – «The new battleground: Central Asia and the Caucasus». In *The Washington Quarterly*, vol. 28, n.º 1, 2004-2005.
- BLACK, J. L. – *Vladimir Putin and the New World Order: Looking East, Looking West?* Lanham/MD: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2004.
- BLANK, Stephen J. – «U.S. military engagement with Transcaucasia and Central Asia». [Manuscrito inédito, Junho de 2000. Disponível on-line no site do Strategic Studies Institute of the U.S. Army War College], 2000.
- BLUM, Douglas – *Sustainable Development and the New Oil Boom: Comparative and Competitive Outcomes in the Caspian Sea Program on New Approaches to Russian Security*, Working Papers Series, n.º 4, Cambridge, MA: Davis Center for Russian Studies, Harvard University, p. 21, 1997.
- BUMILLER, Elisabeth – «Bush encourages Georgia with a warning to Russia». In *The New York Times*, 11 de Maio de 2005, p. A3.
- CORSO, Molly – «Georgian-Russian relations continue to deteriorate». In *Power and Interest News Report*, 7 de Dezembro de 2005 [<http://www.pinr.com>]
- EBEL, Robert, e MENON, Rajan (eds.) – *Energy and Conflict in Central Asia and the Caucasus*. Lanham, MD/Nova York: Rowman & Littlefield Publishers, 2000.
- MATTHEW, Evangelista – *The Chechen Wars: Will Russia Go the Way of the Soviet Union?* Washington: Brookings Institution Press, 2002.
- GADDIS, John Lewis – *Surprise, Security, and the American Experience*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004.
- GOLDGEIER, James M. – «Prospects for U.S.-Russian cooperation», in KUCHINS, Andrew

- C. (ed.) – *Russia after the Fall*, Washington: Carnegie Endowment for International Peace, pp. 278-295, 2002.
- INSTITUTE FOR WAR AND PEACE REPORTING – «Will US policy backfire in Central Asia?». In *Reporting Central Asia*, n.º 273, 30 de Março de 2004, 20 pp. [http://www.iwpr.net/indes.pl?arhive/rca/rac_100403_273_1_eng.txt].
- JOHNSON, Chalmers – *The Sorrows of Empire: Militarism, Secrecy and the End of the Republic*. Nova York: Metropolitan Books, 2004.
- JONES, Elizabeth – «U.S.-Central Asian cooperation». In *Testimony to the Subcommittee on Central Asia and the Caucasus, Foreign Relations Committee, U.S. Senate*, 13 de Dezembro de 2001, p. 9.
- JONSON, Lena – «Understanding Russia's foreign policy change: the cases of Central Asia and Iraq». In HEDENSKOG, Jakob et al. (eds.) – *Russia as a Great Power: Dimensions of Security Under Putin*. Londres e Nova York: Routledge, pp. 182-200, 2005.
- KANET, Roger E. – «Zwischen Konsens und Konfrontation: Rußland und die Vereinigten Staaten». In *Osteuropa*, vol. 51, n.º 4-5, 2001, pp. 509-521.
- KANET, Roger E. – «The Bush revolution in U.S. security policy». In KANET, Roger E. (ed.) – *The New Security Environment: The Impact on Russia, Central and Eastern Europe*. Aldershot, UK: Ashgate Publishing, pp. 11-29, 2005.
- KIMMAGE, Daniel – «Central Asia: is regional turbulence return of the great game?». In *RFE/RL Central Asia Report*, vol. 5, n.º 27, 21 de Julho de 2005.
- KIMMAGE, Daniel – «Central Asia: CSO – Shoring up the post-Soviet Status Quo». In *RFE/RL Central Asia Report*, vol. 5, n.º 26, 14 de Julho de 2005.
- KÖZHEMIKIN, Alexander V., e KANET, Roger E. – «Russia as a regional peacekeeper». In KANET, Roger E. (ed.) – *Resolving Regional Conflicts*. Champaign, IL: University of Illinois Press, pp. 225-239, 1998.
- LEE, Oliver – «Geopolitics in Central Asia today». ZAMAN Online, Istanbul, 7 July. <http://www.zaman.com?bi=20050707&hn=21424>. Acedido em 20 de Julho de 2005.
- LEGVOLD, Robert – «Great power stakes in Central Asia». In LEGVOLD, Robert (ed.) – *Thinking Strategically: The Major Powers, Kazakhstan, and the Central Asian Nexus*. Cambridge, MA: MIT Press, pp. 1-39, 2003.
- LEGVOLD, Robert – «U.S. policy toward Kazakhstan». In LEGVOLD, Robert (ed.) – *Thinking Strategically: The Major Powers, Kazakhstan, and the Central Asian Nexus*. Cambridge, MA: MIT Press, pp. 67-107, 2003.
- LIEVEN, Anatol – *America Right or Wrong: An Anatomy of American Nationalism*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- LOBJAKAS, Ahto, 2005. «EU: South Caucasus countries discuss "Frozen Conflicts", Closer Ties». In *Radio Free Europe/Radio Liberty*, 13 de Dezembro de 2005. Disponível em <http://www.rferl.org/featuresarticle/2005/12/177a9a29-7360-4a75-9e4a-20f41e42badb.html>
- MARIN THORNTON, Gabriela, e KANET, Roger E. – «The Russian Federation and the Commonwealth of Independent States». In KANET, Roger E. (ed.) – *The New Security Environment: The Impact on Russia, Central and Eastern Europe*. Aldershot, UK: Ashgate Publishing, pp. 165-182, 2005.
- MENON, Rajan – «"Greater Central Asia" Russia and the West: challenges and opportunities for cooperation». In MOYL, Alexander J., RUBLE, Blair A., e SHEVTSOVA, Lilia (eds.) – *Russia's Engagement with the West: Transformation and Integration in the Twenty-First Century*. Armonk, NY: M.E. Sharpe, pp. 209-222, 2005.
- «Oil over troubled waters» – *The Economist*, 28 de Maio de 2005, p. 54.
- OLCOTT, Martha Brill – «State building and security threats in Central Asia». In KUCHINS, Andrew C. (ed.) – *Russia after the Fall*. Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, pp. 221-242, 2002.
- OLCOTT, Martha Brill – *Central Asia's Second Chance*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2005.
- OLIKER, Olga, e SZAYNA, Thomas (eds.) – *Faultlines of Conflict in Central Asia and the South Caucasus: Implications for the U.S. Army*. Santa Monica, CA: The Road Corporation, 2003.
- O'NEILL, John – «Cheney criticizes Russia on Human Rights». In *The New York Times*, 4 de Maio de 2006. Disponível em <http://www.nytimes.com/2006/05/04/world/europe/04cnd-cheney.html?ex=1304395200&en=6f0569a075de8218&ei=5088&partner=rssnyt&emc=rss>
- OTTAWAY, Marina – *Democracy Challenged: The Rise of Semi-Authoritarianism*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2003.
- PRIMAKOV, Yevgeny – «Russia and the U.S. in need of trust and cooperation». *Johnsons's Russia List*. 30 de Março de 2006. <http://www.cdi.org/russia/johnson/>
- RETTMAN, Andrew – «Russia's G8 Summit will flop, former Putin aide predicts». In *Euobserver*. 31 de Março de 2006. Disponível em <http://euobserver.com/>
- RUSSIAN MILITARY DOCTRINE – *The Military Doctrine of the Russian Federation*. Signed by President Vladimir Putin, 21 de Abril de 2000. Disponível na versão inglesa em <http://www.freerepublic.com/forum/a394aa0466bfe.htm>
- SKAGAN, Ottar – *Caspian Gas*. Londres: The Royal Institute of International Affairs, 1997.
- SOCOR, Vladimir – «U.S. military presence at risk in Central Asia». In *Eurasia Daily Monitor*, The Jamestown Foundation, vol. 2, n.º 132, 8 de Julho de 2005. Disponível em <http://www.jamestown.org/edm/>
- SOKOLSKY, Richard, e CHARLICK-PALEY, Tanya – *NATO and Caspian Security: A Mission Too Far?*. Monica, CA: The RAND Corporation, 1999.
- STAAR, Richard F. – «Decision making in Russia». In *The Mediterranean Quarterly*, vol. 13, n.º 2, 2002, pp. 9-26.
- SULTANOVA, Aida – «Pipelines to speed flow of Caspian Oil to West». In *AP Report, The Miami Herald*, 25 de Maio de 2005, p. 18A.
- TAJIK DEFENSE MINISTER – «Tajik Defense Minister says cooperation with Russia a priority» (*Interfax*, 29 de Março de 2006). In *RFE/RL Newslines*, vol. 10, n.º 5, 30 de Março de 2006. <http://www.rferl.org/>
- THINK TANK – «Think tanks says Russia needs clear Central Asian strategy» (*Interfax*, 3 de Março). In *RFE/RL Newslines*, vol. 10, n.º 40, 2006 <http://www.rferl.org/>
- TSONGAS, Frank T. – «Central Asia Official Outlines US Policy». In *RFE/RL Newslines*, 14 de Março de 1999. <http://www.rferl.org/>
- UZBEKISTAN – «Uzbekistan a factor for instability in fragile Central Asia». In *RFE/RL Central Asia Report*, vol. 6, n.º 10, 31 de Março de 2006. <http://www.rferl.org/>
- WALLANDER, Celeste A. – «U.S. policy toward Russia and Eurasia in the 1990s». In LOVE-MAN, Brian (ed.) – *Strategy for Empire: U.S. Regional Security Policy in the Post-Cold War Era*. Lanham, MD: SR Books, 2005, pp. 155-172.
- WEISS, Andrew S. – «Russia: the accidental alliance». In BENJAMIN, Daniel (ed.) – *America and the World in the Age of Terror: A New Landscape in International Relations*. Washington: The CSIS Press, 2005, pp. 125-172.
- WISHNICK, Elizabeth – *Growing U.S. Security Interests in Central Asia..* Strategic Studies Institute of the U.S. Army War College. Manuscrito inédito, Outubro de 2002. <https://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=110>
- ZIEGLER, Charles, E. – «Energy in the Caspian Basin and Central Asia». In KANET, Roger E. (ed.) – *The New Security Environment: The Impact on Russia, Central and Eastern Europe*. Aldershot, UK: Ashgate Publishing, pp. 210-218, 2005.